

Acórdão nº 9.636/2016/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 13.831.2010-10-TCE (C/ 03 Anexos)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Tarauacá, exercício de 2009.
RESPONSÁVEL: Senhor Valdozinho Viiera do Ó.
RELATOR: Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro

Prestação de Contas. Câmara Municipal. Irregularidade. Devolução. Aplicação de multas. Notificação.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1)** considerar **irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Tarauacá, exercício de 2009, de responsabilidade do Senhor Valdozinho Vieira do Ó, Presidente à época, com fulcro no **art. 51, inciso III, alínea “b” e “c”**, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em face das irregularidades mencionadas no **item 10** deste relatório, quais sejam: **a)** habitualidade do pagamento de verba indenizatória aos Senhores vereadores durante o ano, no montante de **R\$ 216.000,00** (duzentos e dezesseis mil reais), tendo por motivação, o custeio de despesas com combustíveis, locações, fretamentos e passagens, sem, contudo, conseguir justificar sua plena regularidade; **a.1)** no entanto, é providencial lembrar que esta Corte de Contas em suas decisões pretéritas a respeito da matéria e apesar de considerar irregular a forma como essa despesa vem sendo realizada, tem considerado para efeito de devolução de valores o marco temporal adotado no **Acórdão nº 7.426/2011**; **b)** concessão e pagamento de diárias no valor de **R\$ 42.780,00** (quarenta e dois mil, setecentos e oitenta reais), cujos históricos contêm expressões genéricas, afirmando apenas que tais empenhos visavam custear despesas com pousada e alimentação para tratar de “assuntos de interesse da Câmara Municipal de Tarauacá”, sem, contudo, constar dos autos os documentos comprobatórios dessa despesa, tais como, bilhetes de passagem, cartões de embarque e certificados de participação em eventos; **c)** ausência de inventário analítico dos bens imóveis, no valor de **R\$ 13.436,70** (treze mil, quatrocentos e trinta e seis reais e setenta centavos); **d)** descumprimento ao princípio da oportunidade na escrituração da movimentação de almoxarifado e do estoque ao final do exercício; **2)** condenar o Senhor **Valdozinho Vieira do Ó** a devolver aos cofres do Município, no prazo de 30 (trinta) dias, da quantia de **R\$ 42.780,00** (quarenta e dois mil, setecentos e oitenta reais) referente às diárias concedidas, cujos empenhos estão com históricos incompletos, imprecisos e genéricos; **3)** **impor** ao referido Gestor o pagamento da multa de **R\$ 4.278,00** (quatro mil, duzentos e setenta e oito reais), que corresponde a **10%** (dez por cento)

(Acórdão nº 9.636/2016/Plenário-TCE/AC – FL. 02)

sobre o valor a ser devolvido, nos termos do artigo 88 da LCE Nº 38/93; **4) fixar**, ainda, ao Senhor Valdozinho Vieira do Ó, a multa prevista no art. 89, inciso II e III, da LCE Nº 38, no valor correspondente a **R\$ 7.140,00** (sete mil, cento e quarenta reais) em razão das irregularidades apuradas. Após as anotações de estilo, pelo arquivamento dos autos. **Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Antônio Jorge Malheiro, Antonio Cristovão Correia de Messias e Ronald Polanco Ribeiro.**

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre
Rio Branco – Acre, 04 de agosto de 2016

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Relator

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC